

**Turismo e Ditaduras:
a Construção da Imagem através das Políticas de Turismo**

Gheysa Lemes Gonçalves Gama¹

Resumo:

O presente artigo tem o objetivo de relacionar dois fenômenos dignos de estudo: as ditaduras enquanto regimes políticos e o fomento do Turismo, lançando um olhar sobre como a atividade turística foi utilizada como propaganda política pelas ditaduras. Neste caminho, apresentar alguns conceitos que norteiam o trabalho: ditadura, regimes totalitários, regimes autoritários, realizando a interface entre os conceitos e a atividade turística. Outrossim, o trabalho estuda duas formas em especial: as ditaduras totalitárias (o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália) e analisa as ditaduras autoritárias (exemplificado pelo Brasil, no Estado Novo de Getúlio Vargas e na ditadura militar). O trabalho foi construído utilizando como metodologia a revisão bibliográfica dos autores da área. Assim, espera-se ampliar os estudos no campo temático e contribuir para reflexões que envolvam o tema política e turismo.

Palavras- chave: Turismo. Ditaduras. Imagens.

Introdução:

Nos dias atuais é praticamente impossível compreender a atividade turística sem associá-la de algum modo à gestão pública. Isto porque compreendemos o turismo como a combinação de diversos atores interagindo num determinado espaço, como a iniciativa privada, o poder público, os turistas e a população autóctone. Sendo assim, cabe às políticas de turismo, criar mecanismos de gestão deste espaço, orientando, fiscalizando e regulamentando o desenvolvimento turístico em determinada localidade.

Por outro lado, para um governo local, regional ou nacional, investir em turismo, pode, além do desenvolvimento econômico e social de uma localidade, melhorar a imagem do local.

¹ Professora do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo CEFET – UNED Petrópolis.

Nesse ponto fica claro que, investir no desenvolvimento de uma imagem turística é colher frutos na ampliação da propaganda de determinada localidade.

Esta prática, no entanto, não é recente, e muito além do que possa parecer à primeira vista, alguns governos procuraram e procuram investir no Turismo visando divulgar a imagem projetada de sua própria administração pública.

Este trabalho tem o intuito de provocar algumas aproximações iniciais sobre o desenvolvimento e crescimento da atividade turística durante períodos ditatoriais. A ideia é construir algumas reflexões sobre como o Turismo, ou o investimento no Turismo, auxiliou nas propagandas políticas de regimes ditatoriais.

Para tanto, foi utilizado como metodologia para construção do texto a revisão bibliográfica sobre o tema, buscando aproximar os temas: propaganda da ditadura e turismo, lançando mão de autores como Spindel (1981), Fico (1997), Santos Filho (2005, 2002), Ouriques (2004).

O resultado esperado é o aprofundamento de uma discussão dentro da academia, acerca da relação entre política e turismo, com a demonstração do tema, a partir de variáveis e categorias usualmente consideradas nos estudos da Ditadura e Turismo.

Ditaduras e Turismo: algumas aproximações

O conceito de ditadura surgiu no Império Romano, como uma forma transitória de governo. O ditador romano era investido no exercício do poder executivo, por um determinado período, de exceção, geralmente durante guerras ou sublevações internas. Entretanto, ao ditador romano, legalmente constituído, era vedado revogar ou promulgar novas leis, sendo incumbido dos poderes necessários à solução do problema, deixando o cargo tão logo alcançasse seu objetivo. O ditador que governasse ultrapassando os limites impostos, ganhava o título de tirano, figura diferente, que exercia o poder com abuso de autoridade.

Posteriormente, o conceito de ditadura evoluiu para descrever o regime de governo em que os poderes são exercidos por uma pessoa, ou grupo de pessoas, de forma ilimitada, sem restrições de fato.

VI SEMINÁRIO 2009 ANPTUR

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Muito embora possa nos parecer estranho, atualmente, quando o ideal de democracia configura valor praticamente inquestionável, se analisarmos a história da humanidade é mais comum observarmos períodos em que o governo foi exercido de forma centralizante do que períodos onde o governante aparece como representante da vontades do povo de uma nação, vide o caso dos regimes absolutistas.

Não obstante a classe burguesa, que visualizava a democracia como ideal de governo para uma sociedade, também acabou utilizando da forma de regime ditatorial para consolidar seu poder, vide a presença de Napoleão Bonaparte, general surgido a partir dos ideais da Revolução Francesa.

Até a ciência foi utilizada para justificar a importância das ditaduras, sendo que a teoria da evolução das espécies de Darwin foi utilizada nesse sentido. A teoria do cientista trata da seleção natural das qualidades mais necessárias à sobrevivência das espécies, e este conceito foi utilizado para demonstrar que uma raça era superior à outra, “para justificar as diferenças entre ricos e pobres, para provar que as nações deveriam ser dirigidas por uma minoria ou por um homem com qualidades mais desenvolvidas que os demais membros da sociedade”. (SPINDEL, 1981, p. 13).

A ditadura como vemos hoje, diferentemente do ditador romano, pode ser caracterizada como “qualquer regime político que não respeite os chamados direitos do homem, direitos eminentemente burgueses, conquistado por esta classe durante a Revolução Francesa” (SPINDEL, 1981, p. 9). Há que se apontar, todavia, que existem diferenças entre os regimes ditatoriais, exemplo disto é que a ditadura autoritária na qual os países latino-americanos, dentre eles o Brasil, fizeram parte difere bastante do regime de governo havida nos regimes totalitários, cujos representantes mais conhecidos são o nazismo Alemão e o fascismo Italiano. Porém, há mais em comum entre os regimes totalitários e regimes autoritários, que divergências, pois, para Spindel, os regimes “não passam de formas de governo das quais a burguesia lança mão quando da impossibilidade de aplicação da democracia formal” (SPINDEL, 1981, p. 30).

“Os regimes totalitários [possuem] um absoluto repúdio à democracia formal e a consequente proposição ideológica de um novo modelo político” (SPINDEL, 1981, p. 43),

diferentemente dos regimes autoritários nos quais há uma tentativa de manutenção de uma fachada democrática formal e não existe uma ideologia abrangente, que em alguns casos contempla além da política, a maneira de se vestir e se comportar. É sobre esta ideologia que vai ser construído o partido oficial, o único admitido legalmente. Os representantes deste regime são: o nazismo Alemão, o fascismo Italiano e a ditadura do proletariado da ex-União Soviética.

O regime totalitário é conhecido também pela figura forte do ditador como líder máximo e pelo aparelho repressivo contra grupos dissidentes, por vezes até mesmo étnicos, como no caso dos judeus e ciganos na Alemanha. Outra característica forte da ditadura totalitária é a propaganda oficial: “um monopólio quase integral das informações na mão dos dirigentes do partido encarrega-se de divulgar a ideologia do regime por todos os meios de comunicação de massas” (SPINDEL, 1981, p. 46).

Outra maneira de divulgar a ideologia do regime estava relacionada ao incremento da atividade turística, já que tanto o fascismo, quanto o nazismo criaram departamentos estatais com a função de administrar assuntos desta natureza; em 1925 a Itália fascista funda a Opera Nazionale Dopolavoro (OND) cuja função era planejar atividades para o tempo livre das populações, particularmente excursões.

O fim de semana fascista foi uma instituição criada pelo Estado. O governo criou uma série de organizações *dopolavoro* (depois do trabalho) [...] Por ordem do governo, aos sábados havia matinês especiais de ópera com entradas muito mais baratas que nos outros dias [...]. O sábado à tarde e o domingo também era para os trens especiais levarem os trabalhadores a passeio pelo campo e a praia. Os esportes e as atividades ao ar livre foram incentivadas, pois, quando o assunto era lazer, os fascistas – como membros da Associação para o Fechamento – eram reformadores sociais que queriam não só oferecer tempo livre, *mas ainda a forma certa de usar esse tempo livre* (RYBCZYNSKI, 2000, p. 126, grifo meu).

O lazer, e mais especificamente o turismo, era utilizado como uma maneira de doutrinar os cidadãos italianos, de acordo com a ideologia do regime totalitário.

Por outro lado, em 1933, na Alemanha nazista formou-se uma junta encarregada de assuntos turísticos, a KDF – Kraft durch Freude (Força através da Alegria), responsável pela organização do tempo livre dos trabalhadores – instrumento de propaganda; cuja função

principal era a eliminação do individualismo do operariado ou do tempo livre alienado.

A KDF, “promovia viagens coletivas baratas para os trabalhadores, em colônias de férias no litoral e nas montanhas, mantinha escolas de iatismo e equitação e chegou a ter uma frota de dez navios” (RYBCZYNSKI, 2000, p. 127).

De acordo com o mesmo autor, essas medidas fizeram com que um terço dos operários alemães, tenham desfrutado de algum tipo de férias em algum momento, isso também porque o conceito de vida do nazismo era coletivo e não individual, “daí o incentivo a fazer turismo em vez de descansar em casa” (RYBCZYNSKI, 2000, p. 128). Deste modo, o turismo contribui, já que as viagens podem ser momentos coletivos que contribuem na construção de identidades.

Já “os regimes autoritários são regimes políticos ditatoriais onde as liberdades individuais encontram-se cerceadas em nome de um difuso conceito de segurança nacional” (SPINDEL, 1981, p. 36); além, a ditadura autoritária constrói seu poder através da coação policialesca, criando mecanismos que evitem a formação ou manutenção de grupos dissidentes.

Os regimes autoritários utilizam, por outro lado, do controle dos meios de comunicação de massa, sendo que alguns destes, tradicionais como jornais, livros, teatro e cinema, sofreram severos assédios da censura direta, instituída pelo governo, e a indireta, econômica, em que patrocinadores e anunciantes evitam terem sua marca associada a manifestações contrárias ao governo: “nestes regimes existe um controle quase absoluto das informações que chegam ao público; a desinformação toma lugar da informação, a mentira ou propaganda oficial substituem a verdade” (SPINDEL, 1981, p. 40).

Na contramão, além de controlar os meios de comunicação e mensagens que circulavam à época, o governo investia maciçamente em divulgação. Analisando a propaganda na ditadura militar brasileira, Fico relata:

[as propagandas] Não as afirmava em hinos nacionais, com estandartes, ou a partir de um programa de um partido ou da fala de um ditador, personalizado na figura deste ou daquele chefe. Tudo isto já havia sido ridicularizado em outros momentos, no Brasil, no exterior – aqui, especialmente, pelo conhecimento do que fora o DIP. A afirmação das promessas políticas da propaganda do regime militar (promessas de

VI SEMINÁRIO 2009 ANPTUR

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

um novo tempo, de fartura, de felicidade) dava-se através de recursos alegóricos, figurados, como a pacífica comemoração de uma família (FICO, 1997, p. 122).

Por outro lado, o que foi utilizado em especial nos regimes totalitários, onde a figura do ditador é construída como símbolo do regime, com objetivo de ganhar apoio das massas:

Este tipo de propaganda, iniciado pelos regimes nazi-fascistas, tenta convencer a maioria da população de que o regime político, tendo como marca registrada a figura do ditador, é bom a ponto de inspirar o entusiasmo de todos ou é tanto ou um pouco menos ruim do que aquilo que existia anteriormente, o que faz a população permanecer numa atitude passiva (SPINDEL, 1981, p. 8 e 9).

Diferentemente dos regimes totalitários que utilizavam a figura do ditador nas propagandas do regime, a ditadura militar brasileira fazia propaganda política sem transparecer explicitamente, como filmes onde aparece uma família feliz fazendo um churrasco, cujo objetivo era anunciar um novo tempo: com a família convivendo em harmonia e a fartura material (esboçada pelo churrasco na casa própria). “Os militares não só teriam inaugurado um novo tempo, mas um tempo caracterizado pelo amor entre os homens, pela solidariedade, sentimentos garantidores da perenidade da nova sociedade que iriam moldando” (FICO, 1997, p. 124). A valorização da solidariedade, do brasileiro como um ser amoroso, de fácil convivência, que valoriza o seu lugar, seu país, lembra alguns atributos construídos pelo turismo, onde a localidade visitada vai construir uma imagem de local receptivo e com os melhor atrativos.

A relação entre o turismo, seu desenvolvimento no país, e a ditadura autoritária brasileira se torna cada vez mais próxima se analisarmos a história política de nosso país. Cruz (2001) relata que a primeira interferência estatal no turismo brasileiro ocorreu na década de 30, com o advento do decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, que trata sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. No próximo ano, em 1939, é criado o primeiro organismo oficial de turismo na administração federal, a Divisão de Turismo, setor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no período do Estado Novo, ditadura de Getúlio Vargas. A Divisão de Turismo era um setor do DIP, órgão que tinha por objetivo divulgar a ideologia do Estado Novo junto à população em geral. Desse modo, a Divisão de

Turismo foi um caminho interessante, já que poderia auxiliar na divulgação e construção da imagem do Brasil como um país repleto de qualidades:

Entendemos que a atividade turística é um elemento importante para a economia, pois sua capacidade de agregar valor é imensa, e o Estado Getulista, por sua vez, criou a Divisão de Turismo junto ao DIP, por questões estratégicas, porque sabia que o turismo poderia ser usado pelo Estado como forma de solidificar a imagem da ideologia do Estado Novo. Nesse sentido, estamos afirmando que o turismo serviu aos interesses do governo de Getúlio, desde os eventos organizados nos estádios de futebol, nas praças públicas, nas escolas; a produção de literatura para divulgar o Brasil no exterior; o embelezamento do Rio de Janeiro com a inauguração do Cristo Redentor, no Corcovado, até os convites oficiais para que atrizes estrangeiras viessem passar o carnaval no Rio (SANTOS FILHO, 2007, p. 7).

O governo de Getúlio percebeu, portanto, que investir no turismo como atividade econômica poderia favorecer a propaganda do Brasil no exterior e mesmo para os próprios brasileiros, exaltando as belas paisagens do país e as características únicas do povo (mestiço) brasileiro².

Na ditadura militar, que compreendeu o período de 1964 à 1985, o turismo também deve um lugar de destaque, na década de 1960: em 1967 é criado o Sistema Nacional de Turismo, constituído pelo CNTur, pela Embratur e pelo Ministério das Relações Exteriores; em 1969 são instituídas pelo CNTur todas as indicações para elaboração do Plantur, instrumento básico da Política Nacional de Turismo. Porém esse plano jamais foi executado. Na década de 1970: em 1971 criado o Fundo Geral do Turismo (Fungetur), é o primeiro fundo especialmente criado para financiar o desenvolvimento turístico do país – Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo Médici, que foi o primeiro plano econômico governamental a contemplar o turismo; em 1976 o Departamento de Ação Civil (DAC) autoriza a realização de voos de turismo doméstico com desconto; em 1977 as excursões são regulamentadas pela deliberação normativa da Embratur dentro do programa Turismo Doméstico Rodoviário. Na década de 1980: em 1982 foram feitos convênios para a implantação de terminais de turismo

2 Não é à toa que o governo de Getúlio Vargas utilizou a obra de Gilberto Freyre como diretriz, já que, diferentemente de outros autores que tinham a cultura européia como centro, como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, Freyre escreve sobre as características únicas do povo brasileiro: mestiço. (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2006; SOUZA, 2006).

social e foi assinado um acordo entre a Embratur e o Ministério do Trabalho a fim de estimular sindicatos a organizar viagens turísticas.

Como principal destaque de desenvolvimento do Turismo no Brasil, na época da ditadura militar, foi a criação da EMBRATUR, em 1966, com objetivo de divulgar o Brasil no exterior. Na época, alguns intelectuais estavam fora do Brasil por conta do regime ditatorial e circulavam notícias sobre a censura e as torturas praticadas no país. Assim, foi interessante criar um órgão com objetivo de mostrar ao mundo que o Brasil possui riquezas naturais, uma gente hospitaleira, belas mulheres, samba e futebol: “criou-se, nesse ano, pelo decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, a EMBRATUR com objetivo explícito de coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro. E, implícito de refazer a imagem do Brasil no exterior.” (SANTOS FILHO, 2005, p. 2).

A imagem do Brasil era uma preocupação constante dos futuros golpistas que queriam ter em suas mãos um instrumento capaz de conter ou ocultar a crise da sociedade em todos os seus setores. Para isso, começou-se a articular a criação de um órgão que divulgasse a imagem do Brasil em conformidade com os interesses do Estado, como pode ser confirmado no documento escrito pelo primeiro presidente da EMBRATUR (SANTOS FILHO, 2005, p.1).

Assim, a criação de departamentos e divisões que cuidassem do crescimento do Turismo no Brasil, serviu muitas vezes para os propósitos políticos da época, de legitimar os regimes políticos, com a divulgação da imagem paradisíaca e hospitaleira do País.

Considerações Finais:

Conforme visto anteriormente, a atividade turística foi utilizada de várias formas em diferentes governos ditatoriais. Os regimes ditatoriais totalitários incentivaram o lazer e também o turismo para o povo, como os passeios de trem que levavam os trabalhadores italianos para o campo ou praia, ou a viagens promovidas às colônias de férias na Alemanha nazista. Por outro lado, no Brasil, no Estado Novo ou na ditadura militar, departamentos e divisões foram criadas com o objetivo de incentivar o turismo e divulgar a imagem do Brasil no exterior e para os próprios brasileiros.

VI SEMINÁRIO 2009 ANPTUR

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Deste modo há algumas aproximações entre as ditaduras e o turismo, porém as políticas de turismo não é fruto único dos regimes ditatoriais. Atualmente, como vivemos uma democracia participativa em nosso país, os órgãos públicos ligados ao turismo possuem autonomia de gestão e participação cada vez maior da população, como é o caso das ONG's que trabalham com o turismo.

Sendo assim, a associação entre turismo e política vai além dos governos vigentes. Hoje, mais do que propaganda política, o incentivo ao turismo pelo poder público tem o objetivo de viabilizar um desenvolvimento para o setor, considerado fonte de divisas e gerador de empregos no mundo. Assim as políticas de turismo podem ser consideradas um conjunto de diretrizes básicas que “determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e atividades mais suscetíveis de receberem apoio estatal” (BENI, 2001, p. 178).

O objetivo principal deste artigo foi aproximar estes dois temas para que possamos compreender a construção histórica do turismo no mundo e no Brasil e para que auxilie no debate acadêmico e na compreensão das políticas de turismo atuais.

Referências Bibliográfica:

BENI, Mário Carlos. *A política do turismo*. IN: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ORG.). Turismo, como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2001.

CAPARELI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 1989.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VI SEMINÁRIO 2009 ANPTUR

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FVG, 1997.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**.
Orientadora: Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues. Presidente Prudente: UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. 237 p. Tese de Doutorado.

RYBCZYNSKI, Witold. **Esperando o Fim de Semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS FILHO, João dos. **O turismo na Era Vargas**. Disponível em:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r2365-1.pdf>>. Acesso em 7 maio 2009.

_____. **A ciência do Turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes**. Disponível em:
<<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/epistemologica.html>>. Acesso em 10 maio 2009.

SIQUEIRA, Euler David de; SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Para uma etnografia do cartão postal: destaque para a garota carioca. **Teoria e Cultura**, v.1, 2006, p. 129-147.

SOUZA, Jessé. O casamento secreto entre identidade nacional e “teoria emocional da ação” ou porque é tão difícil o debate aberto e crítico entre nós. 2006.

SPINDEL, Arnaldo. O que são Ditaduras. São Paulo: Brasiliense, 1981.